

e visto como no *terceiro ano de vosso reinado do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos noventa e oito, donde nos vossa alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada tão grande terra firme e com grandes ilhas adjacentes a ela*".

PONTO 4º — LIÇÃO 11ª

UNIFICAÇÃO DO PODER. THOMÉ DE SOUSA, PRIMEIRO GOVERNADOR GERAL DO BRASIL. FUNDAÇÃO DA BAÍA. DIOGO ALVARES CORRÊA

A unificação do poder, com a criação de um governo geral no Brasil, obedeceu principalmente às seguintes razões:

1ª. Uniformizar a administração em todo o continente brasileiro.

2ª. Restringir os poderes ilimitados, concedidos aos capitães-móres donatarios das capitanias e os abusos contra o gentio, reduzidos á escravidão pelos senhores da terra.

3ª. Regular as relações internas entre as capitanias e destas com a metropole, sujeitando os donatarios á ascendencia de uma autoridade central, tendo por séde o proprio país, á meia distancia entre os extremos da costa, só então occupada, com grandes claros, de Cananéa até Itamaracá.

4ª. Expulsão definitiva dos corsarios estrangeiros, fazendo efetiva a vigilancia e guarda da costa por meio de um centro de colonização e, ao mesmo tempo, base de operações de cruzeiro no Atlantico.

5ª. Amparar os donatarios contra a surpresa das invasões externas e internas, incursões de piratas e de selvagens.

6^a. Resolver mais de pronto as questões judiciais da nova colonia, pela instituição da justiça da terra, regulados os casos de recurso extraordinario para os tribunais da metropole.

7^a. Intensificar o povoamento do litoral e a penetração nos sertões.

8^a. Pôr termo á indisciplina e dissolução dos costumes, dominantes em todas as capitánias, infestadas de criminosos, nelas degredados ou homiziados.

9^a. Reduzir o gentio á fé catolica e fundar a politica portuguesa na America, ou seja a *Nova Lusitania*, segundo as sugestões feitas a dom João III por Martim Afonso de Sousa, Pero e Luis de Góes da Silveira e Duarte Coelho Pereira.

Em 1548, contavam-se já fundadas no extenso litoral do Brasil cêrca de dezeseis vilas e povoados, que exportavam para a metropole algodão, assucar, fumo, pau-brasil e outros produtos da terra.

Alguns desses povoados eram fortificados, possuíam estaleiros e oficinas de fabricação de bergantins para a navegação fluvial, ou para reparo das naus.

Armadores particulares entretinham o dificultoso serviço de comunicações marítimas com o reino.

A unificação do poder impunha-se, pois, como medida inadiavel para salvação do Brasil.

Por primeiro governador geral foi, então, nomeado o mordomo-mór do rei, cavaleiro e fidalgo de sua real casa, — Thomé de Sousa, — varão que, por notaveis feitos, energia, carater e tino administrativo, já se ilustrara em Africa e Asia.

Para séde de seu govêrno no Brasil, foi adquirido pela corôa aos herdeiros do infortunado donatario — Francisco Pereira Coutinho — o territorio da capitania da Baía, mediante uma renda anual de 400\$, paga pela redizima da capitania, com vinculo hereditario.

O regimento de Thomé de Sousa, de 17 de Dezembro de 1548, nomeava igualmente para provedor-mór da Real Fazenda a Antonio Cardoso de Barros, donatario da capitania do Ceará; para ouvidor geral Pero Borges de Sousa; e para capitão-mór da costa a Pero de Góes da Silveira, donatario da capitania da Paraíba do Sul.

A carta-régia de 7 de Janeiro de 1549 determinava fossem fundadas uma fortaleza e uma grande cidade fortificada, como capital da nova capitania real, séde igualmente de um poder central, cuja autoridade se estenderia a todo o Brasil.

A esquadra de cinco vasos, compunha-se das seguintes náus: — *Conceição*, capitanea, do comando de Thomé de Sousa; *Salvador*, comandada por Antonio Cardoso de Barros; *Ajuda*, por Duarte de Lemos; e das caravelas: — *Leoa*, em que veio Pero de Góes, e *Rainha*, capitaneada por Francisco da Silva, afóra navios de armadores particulares, com um efectivo de perto de mil homens, sendo 200 de armas, 300 colonos contratados, 400 degredados, gente de tripulação, com seis padres seculares e missionarios da Companhia de Jesús, tendo por superior o padre Manuel da Nobrega, que vinham fundar no Brasil a primeira casa de sua congregação.

A 1º de Fevereiro de 1549, partira ela do Tejo, e a 29 de Março seguinte fundeara a armada na Baía de Todos os Santos.

Com o auxilio de colonos e selvagens da primitiva *Vila Velha* e de seu chefe ali residente, Diogo Alvares Corrêa, — o *Caramurú*, — que havia naufragado á entrada da mesma Baía, por volta de 1510, lançou Thomé de Sousa os fundamentos da nossa primeira cidade regular, nelles cooperando o governador em pessoa com seus colonos, soldados e missionarios.

Foram assim construidas as primeiras obras de defeza e fortificação, uma alta e gróssa muralha de

taípa (barro amassado) com dois baluartes sobre o mar e quatro da parte de terra, com artilharia dentro.

Fez tambem Thomé de Sousa, sem demora, levantar casas de morada, a Matriz, edificios públicos, casas do governador e do conselho, situando-as numa praça central; a cadeia, o collegio dos padres jesuitas; a Sé para o bispado que se iria crear, a casa dos contos, a alfandega, etc. A nova cidade comunicava-se por duas ladeiras com a praia, e por uma estrada larga com a *Vila Velha*.

No dia 1º de Novembro de 1549, Thomé de Sousa, acompanhado de seus officiais, religiosos, autoridades e povo, após haver assistido á missa do Espirito Santo, dirigiu-se ao paço do conselho e ali declarou fundada a cidade do *Salvador*, prestando juramento solene e assumindo o cargo de governador geral.

Tomou a seguir o compromisso das demais autoridades e funcionarios.

Ficou assim creada a cidade do *Salvador*, que por mais de dois seculos foi a capital da America Portuguesa.

Fixado o termo do municipio, instalou o respectivo conselho de vereança e distribuiu sesmarias, estabeleceu fazendas, nelas introduzindo o gado de Cabo Verde.

Fundou engenhos de assucar; creou a navegação fluvial, costeira e maritima, montou um estaleiro. Inspeccionou depois as capitancias do sul, desfazendo as desinteligencias, e sugerindo boas iniciativas.

Durante sua administração, de tres anos, foi o bispado do Brasil desmembrado do de Thomar, para constituir-se á parte, sufraganeo do arcebispado de Lisboa.

Thomé de Sousa teve por sucessor dom Duarte da Costa, que a 13 de Julho de 1553 chegou á Baía, para substituil-o.

QUADRO SINÓTICO

A unificação do poder na administração teve por causa o malogro das capitánias hereditárias.

Thomé de Sousa foi o primeiro governador geral do Brasil.

A 29 de Março de 1549 desembarcou na Baía e a 1º de Novembro do mesmo ano foi fundada a cidade do *Salvador*.

Diogo Alvares Corrêa, o *Caramurú*, fundador da *Vila Velha* desde 1510 residia no Brasil, prestou grande auxilio ao primeiro governador geral, que foi sucedido em 1553 por Duarte da Costa.

TRAÇOS BIOGRAFICOS

THOMÉ DE SOUSA

Thomé de Sousa, mordomo-mór do rei dom João III, cavalheiro e fidalgo de sua real casa, já tinha bastante idade, quando foi nomeado a 17 de Dezembro de 1548 primeiro governador geral do Brasil ou *Nova Lusitania*. Era filho de uma das primeiras casas do Reino, distinto por seus dotes morais e como administrador, de que já déra provas na Africa e na Asia. Quatorze anos antes da nomeação para governador geral do Brasil, já merecia o melhor conceito ao conde de Castanheira, que nesse sentido escreveu a Martim Affonso de Sousa.

DIOGO ALVARES CORRÊA, O “CARAMURÚ”

Diogo Alvares Corrêa era português, natural de Vianna, nobre de linhagem.

De viagem para São Vicente, naufragou, por volta de 1510, quebrando-se sua nau na enseada da Baía.

Conseguiu viver 47 anos entre os *Tupinambás*, em *Vila Velha*, na Baía. Os índios, vendo-o, pela primeira vez, fazer uso de um mosquetão, salvo de bordo, para abater uma ave, deram-lhe o nome de *filho do trovão*, e *Caramurú*, (branco molhado). Combatendo com os gentios do sertão, venceu-os e fez-se deles respeitar e obedecer.

Ofereceram-lhes estas suas filhas por mulheres; mas de todas escolheu *Paraguaçu*, que depois, conforme a lenda, conduziu consigo á França.

E’ o que se lê nas *Reflexões prévias e argumento* do poema epico *Caramurú*, composto por frei José de Santa Rita Durão, impresso em Lisboa, na Régia Oficina Tipografica, em 1781.

Caramurú, porém, diz Theodoro Sampaio, vem de *carai-murú*, que se traduz — o homem branco molhado, ou figuradamente, o naufrago, o branco que vem á costa.

Varnhagen diz, entretanto, que a viagem de Diogo Alvares á França nunca se déra.

Faleceu Diogo Alvares em 5 de Outubro de 1557, havendo prestado grande auxilio a Thomé de Sousa

Santa Rita Durão exalta-lhe a figura no poema *Caramurú*, dizendo logo na primeira estancia:

“De um varão em mil casos agitado,
Que as praias percorrendo do Ocidente,
Descobriu o Reconcavo afamado
Da Capital Brazilica potente:

Do Filho do Trovão denominado,
Que o peito domar soube á féra gente;
O valor cantarei na adversa sôrte,
Pois só conheço Heróe quem nela é forte.”

PONTO 4º — LIÇÃO 12ª

ORGANIZAÇÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA DO BRASIL SOB O
PRIMEIRO GOVÊRNO GERAL. INÍCIO DA CATEQUESE DO
GENTIO. NOBREGA

Organizando em bases politicas e administrativas o governo central do Brasil, expediu dom João III o regimento de 17 de Dezembro de 1548, em que se ordenou ao primeiro governador geral Thomé de Sousa — fosse directamente á Baía e logo se occupasse da fortificação do ex-donatario Coutinho, mas — “como consta que o local referido não é dos mais apropriados, o estabelecimento que ahi se fizer será provisório, até que se escolha outro pela baía a dentro”.

Instituido o govêrno geral, foi desaforada a justiça da alçada quasi exclusiva dos antigos capitães-móres, senhores das donatarias, passando a ser exercida pelo ouvidor-geral; restringiu-se ainda o arbitrio do fisco, cujos agentes, bem como os proprios donatarios, passaram a ser superintendidos directamente pelo provedor-mór da Fazenda Real.

Melhoraram-se a vigilancia e defeza do litoral, submetidas á fiscalização do capitão-mór da costa.

Estas tres altas autoridades, o governador-geral, o ouvidor-geral e o provedor-mór, eram independentes entre si, com attribuições proprias, embora formassem o conselho governativo do Brasil.

Vejamos quais as attribuições regimentais.